

Rubi Rodrigues¹

PARADIGMA UNIVERSAL PARA VISÃO CONFIÁVEL DE MUNDO



Rubi Rodrigues

Resumo. Em nossas visões de mundo, persiste problema filosófico-científico que pode sintetizar-se assim: “os referenciais cognitivos que têm balizado o entendimento carecem de universalidade”. Por causa dessa carência, a Física não consegue, em um mesmo modelo, recepcionar os quatro tipos de interações fundamentais conhecidos; a Mecânica Quântica não supera violações de leis do tempo e do espaço; não se logram acordos com resultados consistentes em quase todos os campos da atividade humana, a despeito de existirem causas comuns evidentes e, aparentemente, contornáveis na Física, na Mecânica, em confrontos como os de Oriente e Ocidente, de ciência e religião, de crescimento econômico e inclusão social (...). Nesses poucos exemplos, constata-se um erro básico comum: usar como referência aspectos particulares da existência que geram visões parciais e deixam parte do mundo a descoberto, visões e aspectos que determinam não apenas que acordos gerais sejam improváveis, mas, virtualmente, impossíveis. Diante de tais problemas, propõe-se como objetivo deste artigo indicar uma tese capaz de resolvê-los, ao especificar um referencial cognitivo dotado de integral universalidade. O meio indicado para tanto é filosófico: um modelo do campo existencial que relaciona e integra quatro dimensões na completude organizativa capaz de estabilizar todo fenômeno na existência. São dimensões do *logos* que explicam e compreendem: a origem e a relatividade da existência; a passagem da simplicidade à complexidade; a diversidade, a materialidade, a temporalidade, a interdependência e a completude dos fenômenos; enfim, o ser no fluxo da vida.

Termos para indexação: Visão de mundo. Referencial cognitivo. *Logos*. Filosofia. Ciência. Paradigma.

UNIVERSAL PARADIGM FOR RELIABLE VISION OF WORLD

Abstract. In our world vision's persist a philosophical scientific problem that can be synthesized as follows: “cognitive referentials that had landmarked the understanding lack universality”. Because of this shortage, physics cannot, in one and same model, handle the four known fundamental interactions types; quantum mechanics does not overcome law violations of time and space; we don't reach agreements endowed with consistent results in almost any sphere of human activity, despite existing evident and apparently unavoidable common causes in physics, mechanics, in confrontations such as those of East and West, science and religion, economic growth and social inclusion. In these examples we can verify one basic common mistake: using as reference particular aspects of existence that originate partial visions and let uncovered the world. Visions and aspects that determine not only that general agreements are improbable, but virtually impossible. Before such problems, we propose as objective of this paper indicate a thesis capable of resolving them, specifying a cognitive referential endowed with integral universality. The indicated medium for that matter is philosophical: a model of existential field that relate and explain four dimensions in organizational completeness capable of stabilizing each phenomenon in the level of existence. Dimensions of *Logos* that detain explanation and comprehension capacity are: origin and relativity of existence; passage from simplicity to complexity; diversity, materiality, temporality, interdependence, and completeness of phenomena; finally, Being in the life flux.

Indexation terms: World vision. Cognitive referential. *Logos*. Philosophy. Science. Paradigm.

¹ Filósofo, pesquisador em Teoria do Conhecimento e escritor. Presidente da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal (AMLDF). Idealizador e mantenedor do fórum de debates “Segundas Filosóficas” e do site: <http://segundasfilosoficas.org>. Normalização de Eduardo Afonso C. Garcia.

Somente os axiomas da existência podem instrumentalizar o homem para uma visão de mundo dotada de plena universalidade.

1 INTRODUÇÃO

A visão que o homem tem do mundo depende da “lente” que utiliza para olhá-lo: caso olhe o mundo pelo microscópio, percebe microcosmos; pelo telescópio, macrocosmos. O corpo humano também possui lentes que permitem certa visão do mundo. Em todos os casos, a ótica explica, em parte, as diferenças. A análise dessas visões, em diferentes escalas, revela aspectos da própria posição do homem na natureza. Mas, esse observador, com qualquer que seja a “lente” utilizada, vislumbra somente um dos possíveis aspectos do mundo: uma visão que não reduz o mundo à exterioridade ocasional que observa, seja com justificada intencionalidade ou completa displicência. Uma percepção fragmentada, hoje predominante, é o ponto de partida da discussão que aqui se enceta, visando a qualificar o modo de perceber a realidade, interpretá-la, compreendê-la e explicá-la, com base em “lentes” mentais ou referências cognitivas; apontar brechas da Filosofia para um novo olhar; indicar requisitos exigidos a um novo paradigma e apresentar a teoria de um *logos* (grego λόγος, palavra escrita ou falada, o Verbo) normativo do campo existencial, como alternativa.

Este trabalho combina fontes de dados primários e secundários, utiliza processos metodológicos, lógicos e ontológicos, vale-se da análise de proposições e de axiomas da existência, deriva inferências e teses na abordagem do problema, tais como: a falta de universalidade dos referenciais cognitivos que balizam o entendimento, motivam ações e comportamentos falhos e ineficazes, dissipam recursos e fontes, aprofundam diferenças sociais entre nações e dos homens com o meio ambiente (...). Todos, efeitos do caos provocado por “modelos mentais parciais ou particulares”. A parte a seguir, o desenvolvimento, compreende cinco aspectos referentes à importância do olhar, às deficiências do atual modo de perceber, à Filosofia para definir um novo olhar, às exigências de um novo paradigma capaz de propiciar um olhar mais competente e ao *logos* normativo que o fundamenta.

2 DESENVOLVIMENTO

A proposição de um paradigma ontológico dotado de integral universalidade é mais do que a adoção de muitas *disciplinas* a se complementarem ou sinergizarem em complexos arranjos transdisciplinares, é a disposição do *filosofar* para, em olhar agudo e penetrante, compreender a natureza, as realidades e os ambientes em que o homem está imerso. Imersão que, desde a Antiguidade, preocupa e motiva o conhecer a matéria no devir da ideia de que tudo flui. *Disciplinas* e história das ciências que se omitem e do *filosofar* que apenas se inicia neste artigo, com viés para designar e caracterizar o instrumento interpretativo: as referências cognitivas. Referências que, virtualmente, podem evidenciar e viabilizar a sinergia de disciplinas orientadas para compreender, conhecer e desenvolver o ser e, assim, quem sabe, recuperar a competência humana de prospectar, projetar e escolher futuros.

2.1 A importância do referencial cognitivo no “olhar”

Entenda-se, idealmente, referencial cognitivo como paradigma formal propiciador do uso metódico da razão, compatível com o mundo a ser interpretado, e esclarecedor da estrutura e do funcionamento da mente humana, de sorte que os resultados interpretativos, virtualmente alcançados, manifestos em crenças, valores e conhecimentos, resultem em frutos lógicos, metódicos e conscientes de pressupostos claramente especificados.

A ausência de um paradigma formal, conscientemente aceito e assumido, não dispensa o homem da necessidade de pressupostos ou de modelos mentais para viabilizar o ato interpretativo. O homem não se limita a olhar o mundo, também o interpreta, tenta entendê-lo, compreendê-lo e explicá-lo, o que, necessariamente, requer modelos interpretativos. Sem a adoção consciente de um paradigma formal, esse “olhar” ocorre em contextos de crenças, interesses, pressupostos, regras e teorias a respeito de nós mesmos, da realidade, dos outros e do mundo, coletados pelo indivíduo, no exercício da vida. Naturalmente, as interpretações dependem também da comunicação, da linguagem e da reflexividade no processo de conhecimento (MATURANA; VARELA, 1995) e da psicologia do observador como participante constitutivo e ativo do ato, o que enseja também interpretação individual de validade restrita. É possível apontar, nesse contexto e em razão do caráter gregário da espécie, aspectos críticos desse olhar individual que respondem pelo diagnóstico: “os referenciais cognitivos que têm balizado o entendimento carecem de universalidade”. Destacam-se, entre estes aspectos, a diversidade de ambientes, línguas e culturas que podem potencializar modos próprios de observar, classificar-ordenar, analisar, sintetizar e internalizar visões de mundo. A língua pátria e a cultura, por exemplo, são dois recursos que balizam o esforço interpretativo em alicerces de singularidades regionais circunstanciais e históricas, realidades que ensejam, por consequência, visões particulares de mundo. Dessa forma, e caso se busquem os fundamentos para uma visão abrangente e sem sectarismos, língua e cultura pátrias não podem constituir-se ferramentas decisivas, apesar de todo discurso se dar no âmbito de uma língua e de uma cultura.

Ao longo do tempo, têm surgido propostas de referenciais cognitivos supostamente dotados de universalidade que seriam convenientes para todos, mas, invariavelmente, eles apresentam limitações. Na Física, por exemplo, há mais de um século, busca-se, sem êxito, um referencial capaz de harmonizar as quatro forças fundamentais do universo², uma solução ansiosamente esperada como teoria unificada do campo ou como modelo padrão de uma teoria do todo.

Essa é apenas uma das pendências constrangedoras que aguardam soluções da ciência reflexiva, da ciência que utilize o pensamento voltado para si mesmo, interrogando-se para se conhecer e reconhecer onde o homem está imerso, entendimento necessário para a liberação do processo criativo, com consistente sustentação material, intelectual e filosófica do ser.

2.2 Insuficiências e limitações no modo moderno de “olhar”

O referencial cognitivo moderno que responde pela atual hegemonia do modo científico de pensar teve origem no Iluminismo, particularmente em Descartes (RODRIGUES, 2011), e pode ser sintetizado, grosso modo, no modelo de ordenadas cartesianas. Isso por constituir um modelo que possibilita caracterizar e organizar o espaço em três dimensões infinitas e, assim, faculta ao homem apreender o mundo em um modelo interpretativo simples e geométrico. Esse modelo seduziu a todos na medida em que caracterizou a manifestação existencial da matéria, destacando a sua amplitude tridimensional, justamente compatível com as possibilidades perceptivas dos cinco sentidos de percepção que instrumentalizam o corpo humano. Na mesma medida, porém, em que propiciou e facilitou ao homem dominar ordenadamente o espaço, resultou reducionista ao desconsiderar tudo que não tivesse, precisa e exatamente, amplitude tridimensional. Apesar disso, foi um modelo revolucionário na época e com profunda e longa influência no modo de fazer ciência, com a exigência de testes de bancada e com o conceito de imanência dos fenômenos. Um conceito, segundo o qual, tudo o que surge no mundo são apenas potencialidades da matéria se atualizando.

² Essas forças fundamentais são: a) a nuclear forte, b) a nuclear fraca, c) a eletromagnética e d) a gravitacional.

A “objetivação” de somente aquilo que ocupa lugar no espaço foi tão grande, a partir do século XVII, quando a racionalidade das ciências naturais se universalizou, que o elevou à condição de *Paradigma Civilizatório*. *Paradigma* que rompeu a base conceitual da escolástica com uma nova filosofia baseada na ideia de a realidade inteira responder a uma ordem racional amparada pela teoria do conhecimento, em cujo contexto destacam-se o *cógito* e a *dúvida metódica*³. *Paradigma* que valorizou a matéria, pelo conceito do que “existe de tal modo que só necessita de si mesmo para existir”, e que resultou em desenfreado desejo de possuí-la. Um conceito da matéria como patrimônio acumulável, sucesso de tê-la como fim, grandeza nacional que se mede pela produção e pelo consumo, conhecimento e domínio pela ciência, por intermédio da tecnologia para manipulá-la (...): enfim, atributos da pessoa, caracterizados pelo *ter*. Valorização que terminou por transcender inclusive a racionalidade do desejo de possuí-la, ao intervir na natureza, e que atenta contra a existência de fontes (esgotáveis, limitadas) e de ciclos (instáveis equilíbrios de resiliências ignoradas pelo modelo mental) de fluxos da matéria e da vida; valorização com princípios que, por vezes, atinge o irracionalismo norteador-motivador do consumismo e de ações corporativas cada vez mais competitivas e egoístas, de sectarismos na administração do planeta, (...) sempre no afã do *ter*.

A insuficiência no modo moderno de “olhar” começou a ser mais crítica com as novas concepções da Física que não cabiam no mecanicismo de Descartes e de Newton. A própria história construída na contextualização do pensamento mecanicista encontrou seus limites no início do século XX, isso porque (cita-se apenas um exemplo) a exploração dos mundos atômico e subatômico e da própria ciência quântica que descortinou uma nova realidade passou a ser estranha e inesperada, conforme aponta Capra (1996), nesse modo de olhar. A insuficiência agravou-se na ciência contemporânea, com problemas éticos e morais de manipulação tecnocientífica que impõem ao homem o controle e o direcionamento das descobertas. Parte essencial desse estado está associada ao paradigma mencionado, com base no suposto de que a complexidade da realidade podia e devia resolver-se a partir de um princípio simples: “a causalidade como lei geral”⁴ (MORIN, 2005).

Percorrem-se, na transição do mecanicismo para a universalidade, diversas fases, tais como, a do pensamento sistêmico fechado para ênfase em mudanças, a das partes para o todo, a de objetivos para os relacionamentos, a de hierarquias para redes, a de causalidades lineares para a circularidade, a de estruturas para processos, a do conhecimento objetivo para o conhecimento contextual e epistêmico e a da quantidade para a qualidade, entre outras (GARCADA, 2011).

Há evidências dos efeitos da omissão de universalidade do referencial cognitivo cartesiano que o leitor interessado poderá encontrar em Senge (2008), em Maturana e Varela (1995) e em Rodrigues (1999), entre outros autores que mostram o equívoco da modernidade no seu modo de ver e interpretar o mundo. São evidências que impõem a necessidade de buscar um novo referencial cognitivo de universalidade não apenas no

³ Descartes observou que a percepção da realidade pelos sentidos ou pela “contaminação” de revelações (...) pode ser enganosa; afirmou que não se deve confiar nos sentidos e era da prudência que não se deve confiar inteiramente (...). A dúvida metódica pode sintetizar-se em: a) nunca aceitar como verdade senão aquilo que vejo clara e distintamente como tal; b) decompor cada problema em suas partes mínimas; c) ir do mais compreensível ao mais complexo; e d) revisar completamente o processo para assegurar-se de que não ocorreu nenhuma omissão para definir o “cogito” como chave na busca da certeza: clareza e distinção (GARCADA, 2011).

⁴ É preciso considerar que essa lei manteve hegemonia, apesar de conceitos, como os de espaço, tempo, medida, simultaneidade, trajetória e localidade, terem mudado profundamente com novos entendimentos científicos, no lastro da Mecânica Quântica e da Teoria da Relatividade, no começo do século XX. Continuamos *hipnotizados na matéria*.

campo ou no domínio da ciência, mas também da Filosofia. Tais evidências apontam a necessidades de um novo paradigma capaz de romper limites do determinismo, de superar atitudes do comodismo e de incorporar outros elementos importantes para a compreensão da realidade, conforme se indica no próximo item. A reflexão filosófica, em um novo modo de fazer ciência, indagará e deverá responder a questões, como: O quê? Por quê? Para quê? Como? (...), dirigindo-se ao pensamento sistemático do aprendizado profundo e reflexivo.

2.3 Filosofia para um novo “olhar”

A realidade de fracassos em acordos e convenções intencionadas para educar e disciplinar em todos os níveis, de fanatismos exacerbados entre Oriente e Ocidente, de bombas que explodem, de caos em processos e ciclos naturais antes “bem comportados” (...) assinala para colocar o problema da existência além dos limites do atual “estado” das ciências; um “estado” que, ao ultrapassar os desafios e os logros de seus avanços, invade o campo da Filosofia, sendo, por isso, esse campo auscultado para responder e reparar.

A ciência contemporânea admite a lógica clássica aristotélica (com alguns acréscimos), que relaciona causa e efeito, interdependências lineares, “sistemas” acomodados e “bem comportados” (...), e, ao assim proceder, autolimita-se a um horizonte de causalidade e de explicações de viés mecanicista. Com isso, quando busca a origem do Universo, retrocede no tempo até o *Big Bang* e ali se detém por falta de explicações. Seguindo adiante, para além das energias caóticas que geraram a grande explosão, ou cai na precária hipótese dessas energias serem eternas ou encontra, em última instância, o primeiro *quantum* de energia, inaugurando a existência e, dado que seu mundo termina ali, precisa enfrentar o contrassenso de admitir que esse *quantum* tenha surgido do nada. Nesse ponto, situado à beira do abismo que delimita a existência do mundo relativo, é preciso reconhecer que o atual modo científico de pensar exauriu suas possibilidades e que somente a Filosofia, em sua expressão metafísica, pode seguir adiante e tentar superar o impasse.

A Metafísica possui conceitos para um reposicionamento da Filosofia, capaz de fornecer um alicerce consistente na construção de um referencial cognitivo dotado de universalidade. Parte essencial desses conceitos refere-se à existência, vale dizer, à coexistência do absoluto e do relativo. A existência entendida como o ato de ser identifica as manifestações positivas como ser absoluto e ser relativo. Dessa forma, estabelece-se a base lógica do ser relativo, em condições existenciais que se definem no campo da Ontologia, com origem no ser absoluto. Essa solução não encontra aceitação geral, pois alguns refutam a existência extraconsciência do ser absoluto, contestação ou até rejeição que encontra solução em dois conceitos: o *noético* (o que pertence apenas à mente humana e, como tal, basta que seja logicamente coerente) e o *eidético* (o que, além de ser pensado, também, integra, de algum modo, a realidade objetiva).

Nesses termos, propõe-se considerar a Metafísica como ciência meramente *noética*, porque, assim fazendo, resolve-se o impasse e ficam criadas condições que permitem a todos aceitar a demonstração da existência do ser absoluto, encaminhada por Santo Anselmo (SANTOS, 2009), como sendo um saber solidamente assentado, dado que, nessa condição, recusar a presença do ser absoluto configura-se, certamente, absurdo. Para completar essa reordenação da Filosofia, propõe-se, ainda, que se derivem da Metafísica duas disciplinas: a Ontologia e a Teologia, tal como já defendido por Heidegger, considerando-as, estas sim, como ciências *eidéticas*. Com isso, a demonstração da existência extraconsciência do ser absoluto passa a ser um problema da Teologia e, mais importante do que isso, para o propósito de viabilizar um referencial cognitivo dotado de universalidade, a Ontologia passa a responder pelas condições existenciais do ser relativo.

Independentemente da solução que a Teologia venha a propor para o seu problema, com esse reordenamento, a Filosofia conquista a posição “olímpica” própria de um saber fundante e, também, permite encaminhar uma solução consistente para a Ontologia. Designando de Cosmologia a ciência destinada a abranger o universo realizado, a Ontologia fica situada na fronteira entre a Metafísica e a Cosmologia, tal como requerido por Santos (2009), e seu propósito contempla definir as condições existenciais de tudo o que integra o universo realizado, ou seja, definir as condições segundo as quais a existência pode dar-se neste ou em qualquer universo. Essa Ontologia, naturalmente, estabelece-se subordinada à Metafísica, não podendo confrontar a sua compreensão de que a existência relativa decorre da existência absoluta. Porém, na condição de ciência de formato *eidético*, cabe-lhe apenas demonstrar que o mundo factual se realiza segundo o modelo existencial que preconiza e nada mais. Ora, caso o modelo existencial gerado por essa Ontologia explique lógica e racionalmente o percurso cumprido pela natureza desde a emergência do primeiro *quantum* de energia que inaugurou o mundo relativo até o surgimento da consciência na mente humana, o homem estará instrumentalizado com um paradigma dotado de plena universalidade e se terá tornado apto a contemplar e compreender adequadamente o mundo realizado. Essa aptidão impõe ao paradigma certas exigências que se sintetizam a seguir.

2.3.1 Requisitos e implicações desse novo paradigma

O paradigma deverá atender a alguns requisitos básicos:

- a) contemplar a própria relatividade ou o caráter provisório da existência;
- b) explicar o processo de complexificação fenomênica, ao descrever o percurso entre a menor singularidade quântica detectada e a maior complexidade fenomênica conhecida;
- c) fundar uma Cosmologia capaz de embasar todas as ciências e explicar como se realiza, estruturalmente, a diversidade, a compleição material e orgânica, a temporalidade, a completude e a interdependência dos fenômenos, no contexto universal;
- d) explicar o ser, a vida, o advento da consciência e a compleição de todo o mundo subjetivo: o pensamento, a lógica em sua pluralidade (SAMPAIO, 2001), a racionalidade, suas potencialidades e seus limites e situar a própria humanidade no contexto universal e a racionalidade no contexto dos recursos biológicos de percepção;
- e) explicar a religiosidade, ser capaz de dar sentido à vida, harmonizar razão e fé, sintonizar objetivo e subjetivo, fundar todo o conhecimento humano, identificar os sofismas, evidenciar erros e acertos interpretativos e ser capaz de indicar o que convém à espécie, tanto em termos de gestão do presente como de escolha do futuro conveniente;
- f) descortinar as condições segundo as quais a espécie pode perseguir e conquistar pleno amadurecimento das potencialidades estruturais contidas no seu projeto, partindo da sua situação presente efetiva;
- g) permitir compreender por que a história humana factual deu-se da forma conhecida e ser capaz de oferecer resposta a todas as demais questões que possam ser colocadas, cujo entendimento situe-se no âmbito do discernimento já conquistado pela espécie;
- h) possibilitar o desenvolvimento da inteligência com o uso metódico da faculdade de pensar, sem ocultar que a própria racionalidade constitui apenas outra *lente* que também provoca suas distorções na visão do mundo. Em suma: acender nova luz.

Parte importante dos requisitos e das implicações desse novo paradigma está no conhecimento e na compreensão dos axiomas da existência que, apesar de aqui omitidos, estão implícitos⁵.

A contemplação provisória da realidade, a descrição evolutiva da simplicidade para a complexidade, a explicação da diversidade, temporalidade, completude e interdependência, os axiomas da existência (...) não são assuntos triviais nem apenas do âmbito da matéria, mas exigentes de profunda reflexão e adoção de uma nova visão para tornar possível uma consistente compreensão do ser.

2.3.2 A “solução” disponível: proposta de uma nova visão

A proposta é de um modelo ontológico da existência, o *logos* normativo, que procura explicar não apenas como a natureza pode-se constituir e adquirir complexidade crescente, mas também como os fenômenos, inclusive os fenômenos mentais, surgem, evoluem e desaparecem: *axioma da existência* real, necessariamente temporária, e da existência temporária, necessariamente potencial (...)⁶.

O sumário do *logos* normativo que se segue, dramaticamente sintético e, em algum sentido, até mesmo dispensável, visa a atacar a fé científica no conceito de imanência, na esperança de que, abalada essa fé, a racionalidade admita pensar uma alternativa, também logicamente sustentada. Enfatiza-se o papel dos axiomas ontológicos da existência que fundam perspectiva universal e não sectária para embasar o novo “olhar” como referências cognitivas das ciências para entender e desenvolver o ser, única forma de atingir a universalidade capaz de satisfazer todos os interesses que confluem e se integram no unitário da espécie.

2.3.3 O *logos* normativo

Propõe-se, no *logos* normativo, uma visão dimensional de universo; uma visão que compreende cinco instâncias dimensionais, sumarizadas no Anexo, as quais organizam a existência em cinco instâncias existenciais distintas, compondo um todo irreduzível e estruturado em perfeita simetria. São necessárias cinco dimensões para disponibilizar a amplitude requerida à manifestação dos fenômenos conhecidos e, também, para compreender a complexidade na representação de um modelo geométrico, um modelo não da geometria euclidiana, mas de uma geometria dimensional, metricamente infinita, que precisa possuir escopo para receptionar todas as geometrias.

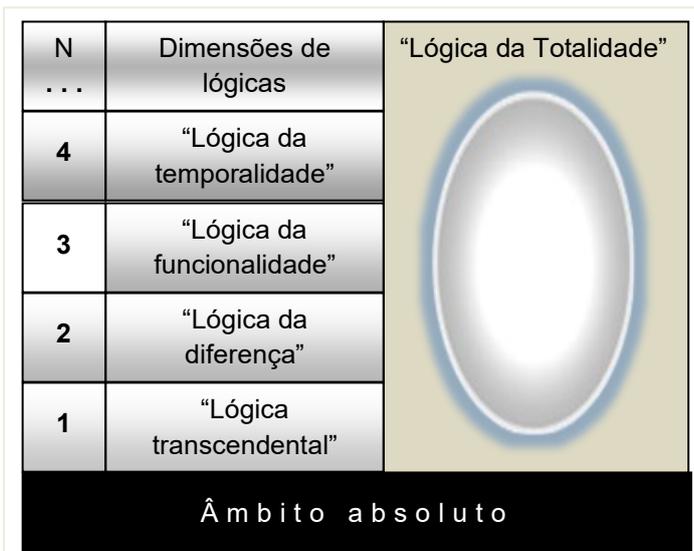


Figura 1 – Processo constitutivo do campo existencial dos fenômenos: o *logos* normativo da racionalidade.

⁵ Ver: <http://segundasfilosoficas.org/o-projeto-v-1/cap-5-o-logos-a-especificacao-do-paradigma/>

⁶ Os interessados podem encontrar detalhes do referencial em Rodrigues (1999 – ver sumário no Anexo), Rodrigues (2011) e no projeto constante do *site* www.segundasfilosoficas.org.

Um modelo com alicerce na Metafísica, segundo a qual a existência relativa possui origem no absoluto, que possibilite expressar os fenômenos conhecidos e compreender a diversidade, na medida em que contempla uma instância adimensional: amplitude própria para abrigar atributos absolutos. Isso porque somente o desprovido de dimensão pode compreender atributos absolutos. Dessa forma, o modelo dimensional apenas coloca a instância adimensional como origem transcendental de todo fenômeno relativo, sem avançar para além do mundo realizado, e, ao assim proceder, não apenas respeita o campo da Teologia, mas também sanciona uma das percepções humanas mais estáveis: a que sugere que toda complexidade tem começo na maior simplicidade. O modelo indica que tudo o que existe neste mundo relativo emerge na existência por um ato transcendental, com simplicidade unidimensional, desdobra-se em duas, três e quatro dimensões consecutivas e estabiliza-se, existencialmente, em uma instância de totalidade; ali, o que existe, não apenas adquire completude, mas também unidade fenomênica. Assim, manifesta-se a existência no mundo relativo, segundo o mesmo padrão existencial. Por dedução, considera-se que, para existir, todo fenômeno precisa desdobrar e ocupar um campo existencial privativo. Esse campo configura um âmbito relativo estabelecido sobre o âmbito absoluto e, sendo idêntico para todos os fenômenos, pode ser representado em um diagrama no plano, conforme sintetiza a Figura 1. Na base, no âmbito absoluto, nada se vislumbra, porque transcende ao mundo relativo. Este compreende, em quatro instâncias obtidas por reiterado desdobramento dimensional, amplitudes privativas determinantes de padrões de movimento típicos que consubstanciam padrões lógicos formalmente diferenciados (SAMPAIO, 2001), cuja quinta lógica corresponde à totalidade fenomênica. Sintética e objetivamente, *logos* normativo é o tijolo lógico segundo o qual cada fenômeno e o próprio universo são constituídos, e, subjetivamente, é o conjunto estruturado de recursos lógicos que define o espaço de possibilidades da racionalidade.

Descartes, já na Idade Média, definiu o espaço como tendo três dimensões, e Einstein, no início do século XX, estabeleceu ser o tempo o quarto número. No *logos* normativo, a matéria e o espaço também pertencem à terceira dimensão, assim como o tempo constitui fenômeno da quarta. Qual é, então, o diferencial entre o modelo da ciência atual e a proposta do *logos* normativo? A diferença essencial não está na Metafísica; os físicos quânticos já perceberam que os elétrons, para mudar de órbita, intercambiam *quantum* de energia com o vácuo cósmico, e este, ao assim proceder, insinua-se como fonte inesgotável de energia. Portanto, um adimensional, dotado de inesgotáveis potencialidades, já não escandaliza. A diferença está no conceito de transcendência, e a dificuldade parece situar-se na firmeza com a qual o conceito de imanência estabeleceu-se no meio científico. Porém, no *logos* normativo, transcender é um movimento muito comum, presente em todas as instâncias de complexidade do mundo relativo, e não apenas um movimento de transição entre a instância absoluta e a instância relativa. Isso porque a transcendência, no *logos* normativo, é um padrão de movimento típico da primeira dimensão determinada pela amplitude disponível nessa instância; nela, o movimento surge, estende-se, permanece por algum tempo e, depois, cessa. Nesse âmbito de uma só dimensão (imagine-se uma reta ideal), nenhum movimento é possível, além desse surgir/persistir/cessar, sendo o ser o único que pode ali transitar, dado ser um ponto, um lugar no espaço desprovido de dimensão. Por isso, o modelo denomina de transcendental o movimento típico da primeira dimensão, posto que ele explica o surgimento do ser na existência, a sua permanência ali, por algum tempo, e, depois, justifica a sua saída da existência. Na perspectiva do *logos* normativo, um avião dotado de capacidade de voar e de transportar pessoas, transcende a mera reunião das suas peças, porque as propriedades de voar e de transportar pessoas somente surgem quando o avião já está completamente constituído. Nas interfases do âmbito absoluto com a primeira, a segunda, a terceira e a quarta dimensões bem como das partes para o todo, têm-se aspectos do movimento transcendental.

2.3.3.1 O movimento transcendental

Ao examinar o movimento em sua forma de atuação, verifica-se que ele, claramente, está presente na instância inaugural do *logos* normativo e na passagem da quarta dimensão para a totalidade, com características comuns: a) a transcendência faz surgir o que, até então, não existia; b) ocorre sempre uma mudança de natureza; e c) o que surge é sempre unitário, embora a origem possa ser a mais ampla diversidade. Essa é a razão pela qual os átomos possuem propriedades que não estão presentes nas partículas atômicas e a razão pela qual as moléculas também apresentam propriedades que não estão presentes nos átomos que as compõem. Essa transcendência também explica de que modo estados de excitação dispersos, em milhares de neurônios, são convertidos em uma ideia, no âmbito da consciência, e por que esta consciência possui natureza distinta do cérebro que a viabiliza. Assim, essa combinação de dois movimentos transcendentais, na estrutura do *logos* normativo, habilita o modelo a explicar como a complexidade universal se realiza: conquistando complexidade organizativa crescente, porque cada instância de complexidade conquistada reproduz a mesma estrutura normativa originária. Essa é a genialidade da natureza: uma mesma estrutura normativa, replicando-se ao infinito, potencializando uma senda de complexificação, virtualmente inesgotável, sob a indelével ação de um simples impulso para a complexidade. Vista a transcendência na forma de passagem das partes para o todo, o conceito fica livre da sua carga mística histórica e pode ser admitido como ferramenta útil, no âmbito científico. As três características anteriormente enumeradas mais o padrão de movimento determinado pela amplitude unidimensional definem o conceito com precisão e até com formalização matemática, propositadamente, omitida deste artigo.

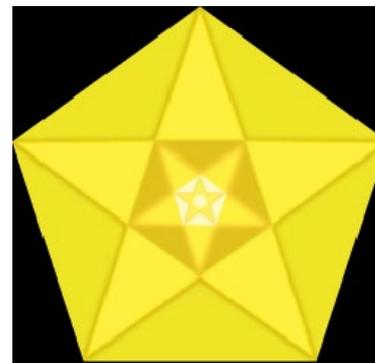


Figura 2 – Pentagrama, figura geométrica que a semelhança do *logos* normativo se replica ao infinito.

3 CONCLUSÕES BÁSICAS

A proposta de uma nova visão com referencial cognitivo provido de universalidade permite retirar parte da existência de dentro do espaço ou do espaço-tempo e mostrar componentes da realidade como sendo atemporais e não espaciais. Dessa forma, não apenas se justificam fenômenos que não obedecem às leis do tempo e do espaço e se dispensa recorrer a universos paralelos ou ao sacrifício da Mecânica Quântica ou da Relatividade Especial, mas entendem-se aspectos existenciais que podem ser orientados pela ciência para o desenvolvimento do ser.

Segundo o modelo, espaço e matéria são ocorrências privativas da terceira dimensão, assim como o tempo é privativo da quarta. Portanto, quando a Física Quântica busca os alicerces da matéria, está abandonando o âmbito tridimensional e entrando no âmbito da bidimensionalidade, em que o movimento típico, o padrão existencial, a amplitude e a lei que impera são outros. Aos sentidos humanos, essa saída da tridimensionalidade causa assombro, dado que, nesse caso, a mente ultrapassa ou focaliza além do alcance dos sentidos orgânicos, o que não é novidade. O tempo também está situado fora do âmbito atingido pelos sentidos orgânicos de percepção e somente pode ser acessado pelo sentido mental. Apesar disso, está plenamente incorporado à ciência atual. O modelo do *logos* normativo enseja incorporar não uma, mas quatro instâncias não materiais à ciência, todas formalizadas, especificadas e tornadas acessíveis de modo racional e metódico.

Certamente, a ciência vai enfrentar muito desconforto diante da ideia de incluir instâncias não materiais aos seus objetos de estudo, mas isso é parte do preço a ser pago pelo alcance de um olhar dotado de universalidade. Esse é o preço a ser pago para que o homem deixe de ser sectário. Dotado de um paradigma de validade universal, o homem torna-se cidadão do universo, detentor de uma visão de validade cósmica, posto que a existência em toda parte obedece, certamente, aos mesmos axiomas. O preço da maturidade cognitiva da espécie é, na verdade, maior, dado que boa parte do conhecimento humano terá de ser revisto. Em compensação, o modelo redefine o horizonte evolutivo promissor, recolocando, cientificamente, o ser no centro do mundo, de sorte que o ter possa ser relegado à sua efetiva importância, enquanto facilidade a serviço da realização humana integral, segundo as potencialidades previstas na constituição da espécie. Parece previsível que esse resgate do ser convocará a ciência para desenvolver ciências do ser dado que é esse ser que precisará ser entendido, compreendido e desenvolvido. Afinal, é esse ser que pode ou não ter uma vida digna e pode ou não se realizar.

Minha gratidão ao Mestre e Acadêmico, Doutor Eduardo Alfonso Cadavid Garcia, pelas contribuições que enriqueceram o texto.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

GARCADA, Alfedu. *Estudo, pesquisa e ciência em perspectivas filosóficas da Maçonaria: auxílio da metodologia científica na elevação intelectual, moral e espiritual*. Brasília, 2011 (em elaboração).

MATURANA, Humberto Romesín; VARELA, Francisco J. Garcia. *De máquinas y seres vivos: autopoiesis – la organización de lo vivo*. 3. ed. Santiago de Chile: Universitaria, 1995.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 8. ed. revista e modificada pelo autor. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

_____. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

RODRIGUES, Rubi Germano. *Filosofia: a arte de pensar*. São Paulo: Madras, 2011.

_____. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília: Thesaurus, 1999.

_____. *Segundas filosóficas*. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/o-projeto-v-1>>. Site criado em 2011.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. *A lógica da diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofia concreta*. São Paulo: É Realizações, 2009.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. Tradução de OP Traduções. 23. ed. Rio de Janeiro: BetSeller, 2008.

Registro. Contribuíram para este trabalho Eduardo Afonso Cadavid Garcia, Jôntas Gustavo de Godoi Rodrigues, Rogerouniello França e Claudia Falcão.

ANEXO – Sumário (partes) de “A razão holística: método para o exercício da razão”

SUMÁRIO	DESDOBRAMENTO DO SUMÁRIO					
Capítulo. 1. O LOGOS	A conceituação geral da tese ou do que exatamente estamos falando. 1. O <i>logos</i> como essencialidade universal: tese dos antigos gregos. 1.1 O testemunho dos pensadores originários. 1.2 A invenção da Filosofia e os novos rumos do pensamento. 2. A especificação dos Universais como condição da retomada do <i>logos</i> . 2.1 Consequência 1: base para uma nova Teoria do Conhecimento. 2.2 Nem metafísica, nem idealista, a nova tese tem caráter ontológico. 2.3 Consequência 2: a simplificação de conceitos essenciais. 3. O advento das lógicas como pontos de inflexão da evolução humana. 3.1 Necessidade de especificar o espaço das lógicas. 3.2 Os esforços classificatórios de Sampaio. 3.3 Uma intuição: a dimensão como expressão geométrica da lógica.					
Capítulo. 2. A estrutura do LOGOS	1. A tese da organização dimensional do <i>logos</i> . 1.1 A correspondência lógica da organização métrica da contingência. 1.2. A correspondência lógica das amplitudes dimensionais do campo. 1.3 A correspondência estrutural entre grandezas lógicas e geométricas. 2. A fundamentação transcendental do <i>logos</i> e de toda contingência. 2.1 Estrutura do <i>logos</i> X Perspectiva ontológica. 3. A estrutural orientação do <i>logos</i> para a complexidade. 4. A amplitude quantitativa do <i>logos</i> . 5. A unidade indivisível do <i>logos</i> . 6. O caráter holístico do <i>logos</i> . 7. A extensão metodologicamente relevante da estrutura do <i>logos</i> . 7.1 A estrutura lógico-pura. 7.2 A estrutura cognitiva do sujeito. 7.3 A estrutura construtiva do objeto.					
Capítulo. 4. A abordagem holística	1. A bivalência da perspectiva holística. 2. A estratégia metodológica. 3. A estrutura lógica do objeto. 4. A inserção da perspectiva no pensamento moderno. 5. A organização geral do espaço científico.					
	A estratégia metodológica: a organização da razão (complementa a Figura 1)					
	Instâncias do <i>logos</i> :	1ª dimensão	2ª dimensão	3ª dimensão	4ª dimensão	Totalidade do <i>logos</i>
	Métodos:	Intuitivo	Classificatório	Sistêmico	Dialético	Holístico
	Aspectos vislumbrados:	O surgimento	A estrutura	A materialidade	A ontogênese	A totalidade
	Objetos vislumbrados	A identidade	A diferença	A funcionalidade	A inserção contextual	O fenômeno
	Padrão de movimento:	Transcendência	Diferença	Sequência	Evolução	Integração
	Lógica:	Transcendental	Da diferença	Funcional	Da temporalidade	Holística
Princípio lógico:	Da identidade	Da não contradição	Do terço exclusivo	Da provisoriedade	Da complementaridade	
Conclusões	1. A questão epistemológica e a solução lógica. 2. Implicações estruturais dessa solução. 2.1 Superação da perspectiva cartesiana. 2.2 Reconceituação da ciência lógica. 2.3 Reformulação da expressão métrica do Universo. 2.4 Reformulação do conceito moderno de ciência. 3. Resultados alcançados. 4. Resultados potencializados.					